

Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do estado do Pará –
IDEFLOR-Bio

**Ata referente a Audiência pública do Pré-Edital de Concessão Florestal nas
Florestas Estaduais (FLOTAS) do Paru e do Iriri**

Aos vinte e dois dias de janeiro de 2026, às 09h30, iniciou-se, no Centro Gastronômico e Cultural de Almeirim/Para, Avenida Beira Rio, s/n, Centro, CEP: 68.230-000, Almeirim/Pará, a Audiência Pública referente ao Pré-Edital de Concessão Florestal nas Florestas Estaduais do Paru e Iriri. Representando o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio, estavam Cintia da Cunha Soares, Gerente de Contratos de concessão florestal na Diretoria de Gestão de Florestas Públicas de Produção – DGFLOP/IDEFLOR-Bio, Thais de Nazaré Oliveira Novais, Gerente de Planejamento e Análises Florestais - DGFLOP/IDEFLOR-Bio, Joanísio Cardoso Mesquita, Analista Ambiental da Regional do Baixo Amazonas/Santarém– IDEFLOR-Bio, Jossiele da Costa Fernandes, Analista Ambiental – DGFLOP/IDEFLOR-Bio, Ellivelton de Carvalho da Cunha, Diretor de Gestão e Monitoramento de Unidades de Conservação – DGMUC/IDEFLOR-Bio, Atila Santos Brandão, Técnico em Gestão de Pesca e Aquicultura- DGMUC/IDEFLOR-Bio, Itajury Henrique Sena Kishi, Gerente Regional da Calha Norte 1 – GRCN1/IDEFLOR-Bio, Graciolândio França da Costa, Gerente Regional da Calha Norte 3 - GRCN3, Wenden José Mota da Silva, Analista Ambiental da Regional do Baixo Amazonas/Santarém– IDEFLOR-Bio, Gabriel Silva Almeida, Analista Ambiental da Regional do Baixo Amazonas/Santarém– IDEFLOR-Bio. Representado o Banco Nacional de Desenvolvimento e Sustentabilidade (BNDES), Robson Eneas de Oliveira, Chefe do Departamento de Estruturação de Projetos de Infraestrutura Socioambiental na BNDES, e representando o consorcio contratado, os consultores Bruno Carnellosso e Arisa Oshima, da empresa Radar PPP. Iniciando às 09:30, o Gerente da GRCN3 Graciolândio da Costa realizou a abertura da Audiência Pública, dando boas-vindas a todos os presentes e àqueles que assistem online ao vivo, conferindo a condução da audiência pública a partir de então para Cintia Soares. Às **09h32, Cintia Soares** inicia a audiência pública de fato, apresentou-se como engenheira florestal e Gerente de Contratos de Concessão Florestal do IDEFLOR-Bio, tendo a audiência pública o objetivo de apresentar o Pré-Edital de Concessão Florestal para Concessão Florestal nas florestas estaduais do Paru e Iriri. A mesa de abertura foi composta pelo vice-prefeito de Almeirim Bruno Brilhante, o Diretor de Gestão e Monitoramento de Unidades de Conservação – DGMUC/IDEFLOR-Bio, Ellivelton Carvalho e pelo Presidente da Câmara de Vereadores

Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do estado do Pará –
IDEFLOR-Bio

36 Ederson Camarão. No pronunciamento da mesa de abertura, Ellivelton Carvalho,
37 apresenta-se, expõe brevemente o trabalho realizado pela DGMUC no gerenciamento
38 das 29 Unidades de Conservação, agradece as lideranças presentes, ao Presidente da
39 câmara de vereadores, munícipes e todos os presentes. Posteriormente, o Presidente
40 da câmara de vereadores, expõe que a Câmara de Vereadores de Almeirim apoia o
41 projeto, apoia o desenvolvimento, e a necessidade de deixar “amarrado” pontos
42 importantes para a contemplação do município de Almeirim/Pará, para não cometer os
43 equívocos cometidos na concessão que ocorre em Almeirim, onde os ganhos de
44 Almeirim são pequenos demais. Ressalta a parceria necessária com o IDEFLOR-Bio,
45 Câmara de vereadores e demais atores para garantir o desenvolvimento de
46 Almeirim/Pará, para contemplar a população que ainda é pobre em relação a emprego,
47 renda e educação. Ressalta de que não são contra ao projeto, mas querem os ganhos
48 em benefícios para o município de Almeirim/Pará. Em seguida se pronuncia Bruno
49 Brilhante, vice-prefeito de Almeirim/Pará, agradecendo aos presentes, tais como
50 Sindicato dos trabalhadores Rurais, Colonias de Pescadores, Vereadores, e demais
51 presentes. Segundo ele a posição do governo municipal que está sendo alinhada desde
52 o dia anterior com a equipe técnica do IDEFLOR-Bio, a posição da gestão municipal é
53 de respeito às comunidades tradicionais, culturas e tradições. Garantir que os
54 problemas que tiveram anteriormente não ocorram na nova concessão, garantir o direito
55 dos extrativistas como Dona Maria Jorge, garantir que o desenvolvimento contemple o
56 município de Almeirim, priorizando a geração de emprego, renda, desdobramento de
57 madeira no interior de Almeirim. A posição do governo é firme em apoio ao projeto de
58 concessão desde que os recursos, empregos e respeito as atividades já realizadas
59 sejam respeitados da forma como já estão consolidadas. Cintia Soares desfaz a mesa
60 e inicia a apresentação do Pré-Edital em parceria com o BNDES. Como Gerente de
61 Contratos de Concessão Florestal do IDEFLOR-Bio, informa sobre a dinâmica de
62 participação dos presentes na audiência pública, quem quiser realizar perguntas
63 imediatamente poderá chamar Thais Novais ou Joanísio Mesquita e fazer suas
64 perguntas de forma escrita, que será lida posteriormente ou aguardar o término da
65 apresentação do Pré-Edital para realizar suas perguntas no microfone, ou caso prefiram
66 podem perguntar no decorrer da apresentação. A Gerente, então, dá início a
67 apresentação, destacando aos presentes que o Pré-Edital é uma parceria do IDEFLOR-
68 Bio com o BNDES e um consórcio de consultores, tais como a RADAR PPP, Evergreen,
69 IFT e Portugal Ribeiro & Jordão, com experiencia e qualidade em trabalhos realizados
70 dessa monta. Informa que o IDEFLOR-Bio gerencia atualmente 11 contratos de

Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do estado do Pará –
IDEFLOR-Bio

concessão florestal de floresta nativa e 01 contrato de restauração florestal. O manejo florestal nas concessões é um processo, uma administração da retirada madeira de forma sustentável e controlada, conservando o crescimento e recuperação natural da floresta, como deve ser. Onde as áreas concessionadas são divididas em unidades de produção anual - UPA's, com realização de inventário florestal de 100%, e como demonstrando na figura, exemplifica que em 01 hectare são colhidas de 5 a 6 árvores maduras passíveis para serem retiradas, das cerca de 200 árvores. É realizado o monitoramento em campo pela equipe técnica e remotamente através de imagens de satélite, comprovando que manejo florestal não é desmatamento, conforme imagens exibidas na audiência, onde é constatado a regeneração da floresta no período de 07 anos. A concessão dentre outros benefícios aos municípios que detém o projeto têm-se a formalização das atividades econômicas locais e regionais, e também os valores da repartição de benefícios realizados anualmente, a exemplo do município de Almeirim que recebeu até o ano de 2025 o valor de R\$6.953.264,91 (seis milhões novecentos e cinquenta e três mil duzentos e sessenta e quatro reais e noventa e um centavos), estabelecido em lei, referente ao percentual do valor pago da produção anual do concessionário. Há também benefícios como estímulos a capacitação e pesquisa, garantindo o respeito aos extrativistas locais, além de a concessão florestal ser uma medida eficiente contra o desmatamento e a invasão de terras públicas. Quanto a benefícios sociais, as comunidades que sentem o impacto direto das concessões florestais receberam, em investimentos, a partir do indicador social - A2, o valor correspondente a R\$1.006,093,00 (um milhão, seis mil e noventa e três reais) em kits de energia solar, demanda levantada pelas próprias comunidades. Os projetos de concessão são todos fundamentados em legislação e normas, como principal a lei federal 11.284/2006 (Lei de Gestão de Florestas Públicas), lei federal 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos), e demais leis e normativas infralegais. Ressalta-se que na FLOTA Paru o IDEFLOR-Bio cumpre o objetivo da unidade de conservação nesta categoria, a saber, uso múltiplo dos recursos florestais, com a implementação da concessão florestal. Quanto ao Pré-Edital, no PARU serão aproximadamente 596 mil hectares para concessão florestal, 458 de efetivo manejo, com prazo de 32 anos podendo ser prorrogado por mais 8 anos, com uma estimativa de 322 mil m³ de madeira por ano, em mapa mostra-se aos presentes as unidades de manejo, a UMF VI-A, VIII-A, X e XI, onde os castanhais não estão contemplados nas áreas destinadas para concessão florestal, e a gerente informa que a decisão foi realizada a partir de diálogos realizados anteriormente com comunidades e seus representantes, no Distrito de Monte

Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do estado do Pará –
IDEFLOR-Bio

Dourado e na comunidade do Recreio. Seguindo a apresentação do Pré-Edital por Robson Oliveira do BNDES, com os principais aspectos do Pré-Edital. Sobre o BNDES explica que o banco é um banco federal de desenvolvimento, e apoio a Estados e a União em projetos complexos de longo prazo, ante a isso os projetos de concessão florestal são vistos pelo BNDES como de desenvolvimento e preservação ambiental de longo prazo, por isso o BNDES está atuando junto ao IDEFLOR-Bio, trazendo mudanças e melhoramentos através de aprendizados com as concessões vigentes. O contrato de concessão florestal é um documento entre duas partes, IDEFLOR-Bio e concessionário, trazendo direitos e obrigações para as partes, a principal obrigação é a execução do manejo florestal sustentável, através do direito de retirada da madeira, produtos não madeireiros, serviços e créditos de carbono, seguindo ao plano de manejo florestal sustentável que deve ser apresentado pelo concessionário e aprovados pelos órgãos competentes. Demais obrigações como proteger as UCs, e as obrigações sociais, trazer benefícios para o território, que já eram pensados desde os editais anteriores e foram aprimorados neste Pré-Edital. Sobre indicadores, temos: Indicadores classificatórios, encargos acessórios e indicadores bonificadores, desde a fase da licitação, com propostas apresentadas na licitação e que devem ser vinculadas como obrigação contratual na assinatura do contrato e que o não cumprimento poderá acarretar sanções administrativas. Um deles é o Indicador social - A2, um valor em dinheiro, “R\$/hectare/ano, oferecido pelos concorrentes no tramite licitatório a ser investido nas comunidades no entorno, através de demandas das comunidades, diretamente pelo concessionário. Exemplificando, R\$ 500,00 mil reais por hectare por ano, multiplicado pelo prazo do contrato tem-se o total a ser investido em benfeitorias para comunidade, na base de 15 milhões durante os anos contratuais. Robson destacou o indicador A3 (fomento à geração de empregos e à dinamização da economia local - plantas de processamento local da madeira), e explicou sobre as categorias previstas neste indicador. Indicadores bonificadores, são itens que caso realizados pelos concessionários traz ganhos ao mesmo, fez algo listado como bonificador recebe um benefício de acordo como listado em contrato, não realizou não recebe benefícios. Não possui natureza obrigatória como no caso dos indicadores classificatórios. A exemplo do indicador bonificador B3, emprego de comunidades locais, o concessionário é incentivado a cumpri-lo, porém não é obrigado. Há perdas ao concessionário caso não realize um bonificador? Pergunta o senhor Bené. Em resposta, Robson explica que não, no caso do indicador bonificador, o concessionário deixa de ganhar um benefício, serão punidos apenas se não cumprirem um indicador classificatório. Explica sobre os

Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do estado do Pará –
IDEFLOR-Bio

encargos acessórios, que são aqueles que não há ganhos diretos sobre o contrato de concessão, e sim indiretos a partir das ações e medidas realizadas em prol das áreas de concessão e da conservação florestal. Tais como pesquisa científica/acadêmica, monitoramento da unidade de conservação, fiscalização florestal, educação ambiental e recursos para comunidade indígenas. Sobre propostas econômicas de maior preço é um risco a concessão florestal, quando os concorrentes oferecem valores altos que podem se tornar impraticáveis economicamente, a concessão não é executável e se perde o objetivo e todo o trabalho. Podem concorrer empresas, cooperativas, fundo de investimentos, instituições financeiras, e demais pessoa jurídicas que possuem capacidade e que não estão devendo ao poder público. Seguindo, Robson, apresentou o cronograma e mostrou onde estamos e para onde vamos. Após as 03 audiências públicas, o Pré-Edital deve ser submetido para análise dos procuradores autárquicos da Procuradoria Geral do Estado, lotados no IDEFLOR-Bio, para possíveis ajustes e demais fases a serem realizadas exigidas legalmente, e que de acordo como cronograma o contrato deve ser assinado em maio de 2026. Finalizada a apresentação, Cíntia Soares imediatamente abriu para perguntas e contribuição dos presentes. Otacilio Franci Alves – Ex - Vereador de Almeirim, e atualmente presidente da Associação dos Moradores Agroextrativistas das Comunidades - ASMACARU, questiona que são 32 anos de exploração, porque será realizado por uma empresa de fora. Segue dizendo que os castanheiros estão nas áreas destinadas a concessão a 49 anos, e debatem com os concessionários na mesa de negociação, que qualquer negociação é melhor que briga com armas. Quanto ao Pré-Edital, ratifica que os benefícios do Indicador A2 devem ser aplicados, e que àqueles que ele representa estão de acordo com ele, conforme se apresenta. Do mesmo modo, os trabalhos realizados pelo atual Gerente da GRCN1, Lândio, é muito bom e está de acordo com a política de governo no Estado, e do município de Almeirim. Segue falando que não querem ser uma comunidade centenária, que passa fome, querem também desenvolvimento e respeito ao que já é realizado na região, atualmente está em construção uma estrada que liga os castanhais além da aquisição de um caminhão para escoar a produção, há também uma agroindústria sendo reativada. Mas que para isso os castanheiros precisam de mais organização, pois a sociedade organizada é ouvida. Quanto aos produtos florestais não madeireiros, caso não compense financeiramente, as comunidades preferem trabalhar com os não madeireiros. Educação de qualidade, assistência à saúde e fomento ao seguimento da castanha, parceria, é o exigido através da compensação da concessão florestal. Se houver o tripe, de governo do estado,

Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do estado do Pará –
IDEFLOR-Bio

população e governo municipal, o projeto será um sucesso. Oseias Cardoso, Diretor de políticas Públicas, representa o Setor Madeireiros do Vale do Jari além da Federação, morador do Vale do Jari, afirma que manejo florestal não é desmatamento, que realiza trabalhos nacionais e internacionais com a monta do manejo florestal sustentável. Continua expondo que da madeira precisa-se trabalhar com tudo, não apenas a madeira em si, mas que sejam os não madeireiros também. Sugere a inclusão no edital das convenções a OIT – Organização Internacional do Trabalho, liberdade sindical para ordos e convenções coletivas, saúde e segurança do trabalho, alinhados o celo verde ou FSC. Continua falando que a riqueza e a miséria são vistas na região juntos, então os planos de manejo, as concessões florestais são importantes para desenvolver a região de forma sustentável, sendo importante a origem da madeira, através do plano de manejo sustentável. Ressalta a organização da sociedade civil em todos os níveis inclusive os pequenos e médios. Não são contra ao projeto, apenas querem proteção social, são seus filhos e amigos que irão executar os trabalhos, e precisam de cuidado e respeito. Serrarias locais com madeira de origem legal, requerem qualificação profissional. E finaliza ratificando que são a favor do projeto de concessão, podem e devem explorar nossas riquezas. Cintia agradece a fala e ratifica que a certeza de que manejo não é desmatamento, e que a saúde e segurança no trabalho das concessões já é monitorada há muito tempo pelo IDEFLOR-Bio. Professor Elias Lobato (Vereador) propõe ao Pré-Edital, na tabela 1 no Indicador A3 sobre beneficiamento da madeira, sugere que a abertura para beneficiamento na “circunvizinhança” seja suprimida, que a madeira seja beneficiada especificamente/exclusivamente no município de Almeirim, município da concessão florestal. Cintia, sobre isso “a circunvizinhança” está em discussão no IDEFLOR-Bio, porém estão sendo analisadas formas de incentivo para serem beneficiadas em Almeirim/Pará. Raimundo Carlos L. Barbosa, presidente da APRIMORE e membro da Jari Celulose: agradece a Prefeita e ao Vice-Prefeito à população por trazerem o debate que gera preocupação e sustentabilidade. O contrato deve ser realizado com cautela, visto a importância do projeto que trará renda e desenvolvimento. Agradece e parabeniza o Governo do Estado por trazer a discussão ao município de Almeirim, trazendo desenvolvimento. Com 25% da madeira beneficiada em Almeirim, seria criado, aproximadamente, 150 empregos para Almeirim, sendo a cláusula específica dos contratos de concessão, sendo que as concessões já contemplam o emprego direto como exemplo da CEMAL e SEGredo. E, suscita também o problema da regularização fundiária, que é um gargalo municipal que poderá ser resolvida pelo Estado. Cintia fala sobre a importante fala de Raimundo, o controle

Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do estado do Pará –
IDEFLOR-Bio

da empregabilidade e a importância do manejo por concessão florestal. E que o levantamento da empregabilidade pela associação, é um termômetro importante que comprova a efetividade do desenvolvimento advindo da concessão. A diferença entre o manejo privado e a concessão florestal é o monitoramento do Estado. Professora Raimunda Silva representando a Comunidade de Acarapi, fala que diante das exposições pode-se ver os pontos negativos e positivos. A comunidade do Acarapi é muito impactada porque todo o escoamento é pelo Acarapi, inclusive as novas concessões e a empresa privada 3P. Ocorrem impactos em todas as áreas, em crianças, idosos e comunidade em geral, e mesmo assim a comunidade está deserta, não possuem benefícios nenhum, já pediram ajuda ao IDEFLOR-Bio e não obtiveram resultados. Ocorreu a distribuição da energia solar, mas necessitam de outros benefícios para o desenvolvimento da comunidade. A professora Raimunda questiona “Qual benefício ou apoio que será direcionado à comunidade do Acarapi?” e faz um apelo também aos Vereadores, Vice-prefeito e Secretário presente. Ressaltando que a proposta da Comunidade é não deixar que o porto da Comunidade seja utilizado pelas concessões florestais diante da ausência de apoio à comunidade, porque para quem está de fora parece que está tudo bem, porém quem está na comunidade a realidade é diferente, além da falta de apoio, há também impedimentos de realizar práticas comuns tipo, retirar madeira pra canoas, fazer casas. Cintia, agradece a professora e concorda que traz impactos sociais negativos às comunidades, em especial ao Acarapi que está localizado o porto de saída da madeira. O IDEFLOR-Bio entendeu que tinha que estar presente para fazer o concessionário cumprir o A2, por isso fazemos reuniões para coletar as demandas das comunidades. Trouxe também neste novo edital os encargos acessórios, ressaltando o macrotema 4 com o desenvolvimento do entorno da UMF, o que pode trazer mais apoio às comunidades, como a do Acarapi. Aderlio Gomes da Silva faz parte da Comunidade do Recreio e Cafezal, de todas as comunidades. Agradeceu aos organizadores do evento, ao Estado e ao município de Almeirim/Pará, extrativista da castanha, de cipó, de mais produtos da floresta como breu, andiroba, e quer apenas agradecer a organização da Audiência Pública pelo direito de se expressar. Vem fazer o apelo para que o Governo Federal e Estadual esteja mais próximo dos ribeirinhos, é a favor das concessões, mas não quer que coloque em risco os comunitários. As comunidades estão sofrendo impactos das concessões, impactos nas plantações, a retiradas das árvores espantam os animais e diminuem a oferta de matéria prima tais como cipó. Apela que os monitoramentos sejam realizados por pessoas que realmente andem no mato e não fiquem só no carro como existem em sua maioria.

Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do estado do Pará –
IDEFLOR-Bio

Ainda apela que durante as atividades de manejo, como o arraste, os maquinários enterram os ouriços da castanha, não derruba a castanheira, mas enterram o pé das árvores o que impede as coletas, e isso é especificamente na área da CEMAL, do Seu Evandro. Cintia responde duas questões do Adélio que foram importantes, a CEMAL possui concessão florestal, a qual não é dono área, pois é do estado e está sob gestão do IDEFLOR-Bio, e possui sua área privada que faz fronteira com a FLOTA a qual seu Evandro é proprietário, portanto dono. A presença do IDEFLOR-Bio nas áreas concessão são monitoradas pela equipe do IDEFLOR-Bio e seus relatórios estão disponíveis no site do IDEFLOR-Bio. Vereador Edson Glacial, expõe sobre a importância da audiência pública no município, reforça a fala do Presidente da Câmara de Vereadores e do Vice-prefeito. Ratifica o beneficiamento da madeira no município, geração de renda direta e indireta e a infraestrutura dos ribeirinhos, como pontes, cadeiras de roda, trapiches etc. É importante atenção no momento da construção do contrato. Além de se colocar como fiscalizador das concessões florestais, que o que foi prometido seja executado. É a favor da concessão florestal, do desenvolvimento, desde que o povo mais pobre seja incluído. Finaliza convidando a todos para participarem das audiências na Câmara Municipal de Vereadores. Cintia, ressalta a importância da atuação da Câmara de Vereadores. Dona Maria Jorge, apoia a concessão florestal, e reivindica que a Prefeita olhe pelos castanhais. Continua informando que estão com dificuldade com financiamentos do governo, isso dificulta um melhor pagamento aos trabalhadores, quando no tempo de José Neves a produção de 25 mil barricas de castanha. E continua, Dona Maria Jorge disse que era contra, mas agora que ela viu que foram tirados os castanhais, representando os castanheiros da FLOTA PARU, e agora são a favor. Pede que o IDEFLOR-Bio lute por eles, porque são abandonados pela Prefeitura e pelo Estado. Acrescenta que tem muita exploração de madeira ilegal. Ela cobra a presença de Estado nas áreas de exploração ilegal de madeira na FLOTA, pede apoio para infraestrutura para o escoamento da castanha no porto do Puxuri. Pergunta de onde será tirada a madeira inicialmente, se pelo lado direito ou esquerdo, por onde vai iniciar a concessão? Relata que a saúde é precária nas comunidades do Puxuri, não há posto de saúde, as pessoas com malária não possuem atendimento pela ausência de atendimento para a comunidade. Finaliza agradecendo a Audiência Pública, e ratifica que os castanheiros que ela representa estão de acordo com a concessão. Cintia explica sobre o início das atividades da concessão, e que logística de escoamento da madeira ainda está sendo avaliada de forma muito criteriosa, visto que a área apresenta relevo muito acidentado, e que quanto a saúde e educação, são

Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do estado do Pará –
IDEFLOR-Bio

políticas públicas básicas que devem ser fomentados junto ao município. A partir das reuniões anteriores realizadas com os castanheiros do Rio Paru, além da retirada das áreas de castanhais da concessão, informa que o projeto dos barracões para o Puxuri já possui verba, e será executado. Gean Carlos extrativista do Alto Jari expõe que a concessão vai trazer impactos para os extrativistas da área deles, com a proliferação de pragas, afetando na diminuição de produção deles. Questiona por que os castanhais do Paru foram excluídos e as áreas do Jari não foram excluídas. Segundo ele é necessária uma vistoria melhor, da forma que está indo estar caminhando para o confronto, para o caos. Cintia, agradece e sugere uma reunião em separado após a audiência pública, o Sr. Gean concorda. Vice-prefeito de Almeirim/Pará Bruno Brilhante, expõe seu incomodo com um desrespeito que é o pré-edital permitir ao concessionário a exploração de produtos não madeireiros, segundo ele, que os castanheiros tais como Dona Maria Jorge, possam ser afetados. Solicita também a retirada da possibilidade de beneficiamento da madeira na circunvizinhança, que seja exclusivamente em Almeirim, podendo trazer penalizações à concessionária que descumprir. Que seja privilegiada a mão de obra local, e que seja realizada fiscalização conjunta entre município e estado, inclusive nas questões fiscais que impactam Almeirim. Expõe que eles não são contra, mas que já existe uma atividade econômica consolidada. Continua dizendo não concorda que o concessionário possa explorar não madeireiros, como a castanha-do-Pará. Solicita que seja implantado no município uma planta de desdobramento da madeira, e que haja respeito e garantias aos castanheiros do Rio Paru, e enfatiza que é o posicionamento da Prefeita para o Estado. Cintia responde que quanto a castanha é um ponto já pacificado, os concessionários deste edital não poderão explorar castanha-do-Pará na FLOTA do Paru em respeito aos extrativistas, em que será explicitado na minuta do contrato. Lucenira Balheiro dos Santos professora da Comunidade Recreio, pede benefícios para a comunidade, que não possuem água encanada, pontes ou qualquer infraestrutura. Além do governo as empresas também podem potencializar os investimentos e realizar mais rapidamente as obras e benfeitorias para a comunidade. A AMASCARU está pronta para lutar juntamente com quem chegar para ajudar. Cintia, em resposta à Professora Lucenira mostrou as demandas atendidas por concessionárias em outros territórios, tais como reforma de escola e construção do posto de saúde, explicitando que é possível investir nas demandas das comunidades, bem como realizar demandas de forma conjunta. Wallace Galvão de Carvalho Junior, Secretário Especial de Governo, agradece ao IDEFLOR-Bio em nome do Presidente Nilson Pinto por abrir o diálogo com a comunidade, sendo um

Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do estado do Pará –
IDEFLOR-Bio

renomado Instituto, continua expondo que atualmente o IDEFLOR-Bio se abre ao diálogo, e quando não houver mais diálogo a comunidade irá buscar mais diálogo. Agradece o esforço e a vinda dos comunitários, o BNDES, além de estar grato pelo novo processo, novo edital, e expõem que, neste novo edital, possamos corrigir possíveis falhas que ocorrem em contratos anteriores, mas que já se apresenta como evolução. Agradece e parabeniza Cíntia Soares e ao Robson BNDES pela excelente condução da Audiência Pública, além de todo o time do IDEFLOR-Bio presente. E ratifica a importância da concessão para o desenvolvimento dos municípios. Cintia, Agradece ao Secretário Wallace, e reforça a importância da concessão florestal para a sustentabilidade. Prosseguindo aos ritos finais, agradece ao Secretário de Estado Walace, ao município de Almeirim/Pará em nome no Vice-Prefeito, agradece à equipe do gerente da FLOTA do Paru, Landio e demais colegas do IDEFLOR-Bio. Agradece também ao BNDES e a Radar PPP pela presença e parceria. Enfatiza que a audiência ocorreu em paz, com pontos importantes colocados por todos, com contribuições muito qualificadas. Informa que, após, a audiência a Ata será finalizada e os pontos colocados por todos os participantes da Audiência Pública e pela Prefeitura anteriormente serão analisados criteriosamente. Será realizado um relatório com as sugestões e contribuições das Audiências públicas que seja publicizado pelo IDEFLOR-Bio e enviado a Prefeitura de Almeirim, caso solicite. Cintia Soares agradeceu a presença de todos, e encerrou a audiência Pública às 12h55. E não havendo mais nada a declarar, eu, Jossiele da Costa Fernandes, lavrei esta ata e que vai ser assinada por mim.

Jossiele da Costa Fernandes

Analista Ambiental/Eng. Ambiental
Gerência de Gestão de Contratos de Concessão
GECON/DGFLOP